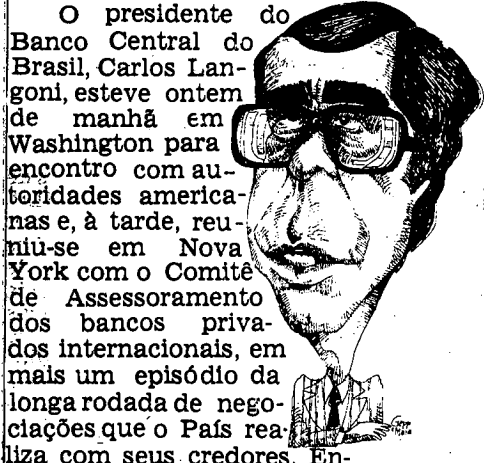


Langoni nos EUA. Para pedir muito mais dólares.

Foi o que ele disse em Washington: “desta vez vamos fazer as coisas direito” — pedir o que o País precisa e não o que os bancos nos querem dar.



O presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, esteve ontem de manhã em Washington para encontro com autoridades americanas e, à tarde, reuniu-se em Nova York com o Comitê de Assessoramento dos bancos privados internacionais, em mais um episódio da longa rodada de negociações que o País realiza com seus credores. Enquanto isso, economistas da Seplan e do Banco Central tentavam resolver com técnicos do FMI algumas divergências sobre as contas nacionais.

Langoni esteve por mais de hora e meia com o chairman da Reserva Federal, Paul Volcker, e com o secretário-adjunto do Tesouro, R. T. McNamar, na sede do Banco Central dos Estados Unidos. Quando deixou o encontro às 11h45m, aproximadamente, Langoni foi direto para o aeroporto nacional, embarcando para Nova York a fim de se avistar com o comitê de 44 bancos presidido por Bill Rhodes, do Citibank.

O porta-voz da Reserva Federal disse tratar-se de “apenas um rumor”, tanto quanto sabia, a notícia proveniente de Londres, segundo a qual Volcker estaria articulando um novo empréstimo de emergência para o Brasil, superior a dois bilhões de dólares. Langoni, em Nova York, disse que a notícia era absurda. O assunto também não emergiu na reunião de cinco horas que o próprio comitê bancário realizou anteontem em Nova York, da qual Langoni não participou porque chegou atrasado.

Fontes bancárias disseram a este jornal que o que se pretende obter o mais cedo possível é a liberação das parcelas do “jumbo” de quatro bilhões de dólares, que foram retidas pelos bancos internacionais quando o FMI resolveu suspender seus desembolsos para o Brasil tendo em vista a incapacidade do governo de cumprir as metas econômicas acordadas com a Instituição no início do ano.

Em março, os bancos internacionais entregaram ao Brasil cerca de 2,45 bilhões de dólares, segundo documento do Banco Central de abril deste ano, e ficaram de liberar, em termos líquidos, mais 541 milhões de dólares em junho, 535 milhões em setembro e 514 milhões em dezembro. Há discrepâncias entre esses números e os que o ministro Ernane Galvêas menciona à Imprensa com frequência. Os números de Galvêas são maiores, ultrapassando 600 milhões de dólares.

Quando José Carlos Madeira Serrano, diretor da Área Externa do Banco Central, foi consultado recentemente sobre essas discrepâncias, disse que os números do Banco Central representavam valores líquidos tendo em vista que os bancos internacionais já haviam adiantado uma parte dessas prestações. Mas a explicação mais provável é que dos valores líquidos está descontada a comissão inicial cobrada pelos bancos. Enfim, só o governo pode explicar a diferença, porque os próprios bancos consultados por este jornal estão confusos.

A mesma fonte disse ser possível que essas parcelas sejam liberadas antes mesmo da aprovação formal da revisão do programa brasileiro pela diretoria-executiva do FMI, porque fazem parte da fase um do esquema financeiro do Brasil. Como se sabe, os bancos estão agora examinando a fase dois, que inclui recursos adicionais de médio e longo prazo para este ano e, para o próximo, não só novos empréstimos como também o refinanciamento do principal a vencer.

Agora, agir certo.

Em Washington, Langoni afirmou: “Desta vez vamos fazer as coisas direito”. Isto é, explicou, o Brasil vai pedir o que é necessário. Antes pediu o que achava que os bancos estavam dispostos a dar. A Volcker e McNamar, Langoni disse ter pedido apoio para o pacote que está sendo negociado com os bancos privados.

Mas para que os bancos liberem os recursos pendentes da fase I (o que resta do “jumbo”), seria preciso que recebessem do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, um sinal de que as negociações com o Brasil estão concluídas e que pretende remeter à diretoria-executiva, recomendando sua aprovação, o novo programa brasileiro. Uma fonte brasileira disse que este sinal de Larosière poderia ser dado até na próxima semana.

Mas economistas do governo chegaram de manhã, a Washington, para conversar com o FMI e ficaram aqui pelo menos até o final da tarde. Há ainda alguns pontos de divergência entre as partes em relação ao programa para o próximo ano e os principais, segundo fontes bancárias, são a taxa de inflação e o déficit público. O FMI gostaria que a taxa de inflação de 1984 fosse reduzida para 50% e quer saber exatamente como a inflação será medida. Há dúvidas também sobre a taxa de inflação deste ano. Entre os que permaneceram em Washington estão José Augusto Savazini, diretor-superintendente do Instituto de Planejamento Econômico da Seplan, Carlos Von Doellinger, assessor do Instituto, e Alberto Fuguem, chefe do departamento econômico do Banco Central.

É possível que os bancos considerem a hipótese de liberar os recursos (já contratados do “jumbo” para o Brasil), antes mesmo da aprovação formal do novo programa brasileiro e, portanto, do desembolso dos recursos pelo FMI. Mas os recursos adicionais dos bancos para este ano e para o próximo só sairiam depois de o FMI definir sua posição.

A.M.Pimenta Neves, de Washington.